Adalberto de Carvalho Graciano | Mestrado
DESMEMBRAMENTO TERRITORIAL NA GRANDE SÃO PAULO NO SÉCULO
XX

Orientador: Prof(a). Dra(a). Raquel Glezer

Email: adalbertograciano@yahoo.com.br

Resumo:

Os dispositivos legais da Constituição de 1946 contribuíram para a autonomia de novos municípios. Nesta direção, várias cidades formaram-se na Grande São Paulo, no período de 1946 a 1964. Como parte da pesquisa, pretendemos analisar como regiões com diferentes níveis de desenvolvimento econômico foram emancipadas neste período. Mais especificamente, estudaremos a criação do município de Taboão da Serra, localizado na Região Sudoeste de São Paulo, que está inserida no processo de urbanização e industrialização que eclodiu nos anos de 1950 e que teve como pólo irradiador a cidade de São Paulo.

Ágatha Francesconi Gatti | Doutorado
“PROMOVER AS MISSÕES” E ZELAR PELA “SEGURANÇA E O BEM ESTAR
DO REINO”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA JUNTA
DAS MISSÕES DE PERNAMBUCO (1681-1759)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Pedro Luís Puntoni

Email: agatha_gatti@yahoo.com.br

Resumo:

Criadas com o propósito de aprimorar a gestão do empreendimento missionário, a instituição da Junta de Missões do reino em 1655 e de Juntas de Missões ultramarinas a partir de 1681 enquadra-se no movimento de especialização dos processos decisórios e de institucionalização de novas instâncias político-administrativas que marcou os anos que se seguiram à Restauração. Por outro lado, as Juntas de Missões estão igualmente vinculadas às políticas e estratégias desenvolvidas pela monarquia portuguesa para defender suas prerrogativas espirituais nos territórios ultramarinos. Ao nos debruçarmos sobre os vestígios da atuação da Junta das Missões de Pernambuco percebemos uma instituição profundamente imersa e ativa nos diferentes conflitos e dinâmicas presentes naquela capitania e em suas anexas. Instituída com o objetivo de “promover as missões”, notamos que a preocupação com o sucesso do trabalho missionário entre os indígenas destaca-se em seus encaminhamentos. No entanto, questões outras, vinculadas à estabilidade da ordem colonial, ao uso do trabalho indígena e ao próprio financiamento da atividade missionária também marcam presença em suas reuniões. A partir da reflexão em torno de algumas dessas dimensões de sua atuação, a presente comunicação pretende tecer considerações acerca da natureza dessa instituição e do papel por ela desempenhado naquela sociedade.

Alexandre de Carvalho Pelegrino | Mestrado
O TRÁFICO DE ESCRAVOS INDÍGENAS NO ESTADO DO MARANHÃO: UMA
ANÁLISE QUANTITATIVA (1689-1701)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Ronald Raminelli

Email: alexandrecpelegrino@gmail.com

Resumo:

Criado em 1621, o Estado do Maranhão era uma unidade administrativa separada do governo-geral do Brasil. As características da navegação no atlântico não permitiam contatos regulares entre a baía de todos os santos, Olinda e São Luís. Os ventos que sopravam na costa norte-sul do Brasil facilitavam a conexão entre toda esta parte do litoral brasileiro. Por outro lado, na costa leste-oeste a calmaria

era substituída pelas tormentas. Esta imensa insegurança tornava uma viagem direta para Lisboa mais viável. Justificava-se, deste modo, a existência de um governador em São Luís subordinado diretamente ao reino. O que chamamos de Estado do Maranhão para o período colonial compreende, grosso modo, o que atualmente conhecemos como a Amazônia e os estados do Maranhão e Piauí. Alguns historiadores consideram a história da Amazônia como um “outro Brasil”. Entretanto, com toda a certeza este “outro Brasil” não se formou devido à administração separada do governo-geral. Para a nossa pesquisa o fator fundamental é a quase ausência de escravos africanos e a predominância da exploração do trabalho indígena. Uma das principais questões é exatamente a forma como a historiografia vem lendo a existência de um tráfico de escravos indígenas. Neste trabalho pretendemos fazer uma análise quantitativa dos escravos resgatados repartidos pela câmara municipal de São Luís durante o governo de António de Albuquerque (1690-1701). Analisando a conjuntura de “sertões abertos” após a lei de 1688, esperamos mostrar que a boa oferta de trabalhadores indígenas para a elite local de São Luís foi a chave para o bom governo de António de Albuquerque, não foi à toa que ele permaneceu aproximadamente 10 anos no poder sob aplausos dos homens bons de São Luís e Belém. A partir da análise da documentação da câmara municipal de São Luís, depositada no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), mostraremos o número de escravos que chegavam a São Luís, os seus compradores, a faixa etária, o sexo e uma aproximação da região onde foram resgatados. A partir dos produtos que eram utilizados nos resgates podemos também compreender os interesses dos índios na participação deste tráfico, já que, pelo menos na letra da lei, os resgates consistiam na compra de índios escravizados por outros grupos indígenas. Estes, a partir do relacionamento com os portugueses alcançavam acesso aos tecidos de algodão e, principalmente, aos instrumentos de ferro, itens desconhecidos dos nativos antes do contato com os europeus. Estudar o tráfico de escravos indígenas é uma tentativa de compreender os nexos que envolviam a expansão europeia sobre a Amazônia, sobretudo para a região do Rio Negro, os interesses dos índios e a definitiva fixação dos núcleos agrários nas proximidades de São Luís e Belém.

Amanda Walter Caporrino | Mestrado

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: A USINA MONTE ALEGRE NO INÍCIO DO PLANEJAMENTO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO BRASIL (1930-1940)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Luciana Suarez Lopes

Email: amandacaporrino@usp.br

Resumo:

O trabalho pretende apresentar aspectos do crescimento do setor sucroalcooleiro paulista nas décadas de 1930 e 1940, período que corresponde ao início do planejamento sistemático da agroindústria canavieira no Brasil. Para tanto, irá se valer dos estudos sobre a Usina Monte Alegre, localizada na tradicional região açucareira de Piracicaba, em São Paulo.

Ana Carolina Ramella Rey Ammon | Mestrado

PATRIMÔNIO CULTURAL, NOVAS MÍDIAS E ENSINO DE HISTÓRIA: MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS.

Orientador: Prof(a). Dra(a). Vera Lucia Amaral Ferlini

Email: ana.carolina.ammon@gmail.com

Resumo:

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal o estudo das questões relacionadas à utilização das novas mídias tecnológicas e audiovisuais no ambiente educacional dos museus e patrimônios históricos, especialmente no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, em Santos, SP. A partir de uma análise do desenvolvimento histórico do próprio conceito de museu e patrimônio e da importância do papel educacional de tais instituições, bem como de uma reflexão acerca das transformações pelas quais vem passando as formas de comunicação e aprendizado em nossa sociedade desde o advento das inovações tecnológicas do século XX e da Indústria Cultural, proponho-me a identificar os métodos midiáticos e as formas de aplicação mais apropriados para a esfera educacional em museus e patrimônios culturais e elaborar, baseando-me num aprofundamento das transformações econômicas e conseqüentemente sociais pelas quais a baixada santista passou desde os primórdios da colonização até os dias de hoje, uma proposta midiática audiovisual a ser implementada no mencionado monumento, onde se encontram as ruínas de um dos primeiros engenhos de açúcar instalados no Brasil.

André Tomio Lopes Amano | Mestrado

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS "PACOTES ECONÔMICOS" DO GOVERNO SARNEY

Orientador: Prof(a). Dra(a). Wilson do Nascimento Barbosa

Email: amano.andre@gmail.com

Resumo:

Esta comunicação é fruto de um dos capítulos da dissertação de mestrado, que está em andamento, com o título provisório, "A estratégia oculta de continuidade: a política econômica do governo Sarney (1985-1990)". Apesar de um discurso que buscava se diferenciar da Ditadura militar, o governo Sarney teve vários aspectos de continuidade, principalmente, em relação às políticas econômicas aplicadas. A transição da Ditadura militar para a Nova República, deu-se sem ruptura, e foi capitaneada por um político que, menos de um ano antes, havia sido presidente do partido de sustentação da Ditadura, o PDS. Assim, a questão política e a busca pela popularidade, estiveram sempre nos cálculos e nos limites das políticas econômicas. Dessa forma, será feita uma breve apreciação dos "pacotes econômicos" e das várias mudanças que ocorreram nas equipes do governo.

Andreia Lopes da Costa | Doutorado

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS ENTRE OS MODELOS CAPITALISTA E ECONÔMICO ISLÂMICO: UM ESTUDO DE CASO DA VISÃO DE MUHAMMAD BAQIR ASSADR

Orientador: Prof(a). Dra(a). Jorge Grespan

Email: lopes.acosta@usp.br

Resumo:

A economia islâmica tem crescido nos últimos anos trazendo ao cenário internacional as finanças islâmicas, que tem um crescimento de dez por cento ao ano. Em nossa pesquisa, analisamos os livros de Muhammad Baqir Assadr e suas críticas ao capitalismo e ao socialismo, buscando compreender as possibilidades de relacionamento entre os modelos. Na década de 70 Assadr repensa um modelo para os muçulmanos e hoje é considerado o principal pensador da economia islâmica. Suas críticas tanto ao capitalismo e ao socialismo são duras, mas é possível perceber aproximações e afastamentos entre ambos os modelos. No cenário atual percebemos que o pragmatismo e a necessidade possibilitará que ocorra a expansão do modelo.

Antero Maximiliano Dias dos Reis | Doutorado
É MEU DIREITO! TRABALHO INFANTOJUVENIL E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, IMPACTOS E DILEMAS A PARTIR DAS RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS IMPETRADAS NO TRT 12ª REGIÃO (FLORIANÓPOLIS, DÉCADA DE 1990).

Orientador: Prof(a). Dra(a). Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura

Email: anteromaximilianoreis@gmail.com

Resumo:

A presente comunicação traz como tema/problema de investigação historiográfica o trabalho infantojuvenil, especialmente aquele realizado durante a primeira década de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O objetivo central da pesquisa é analisar os impactos e dilemas desta legislação especial frente à Justiça do Trabalho. Utilizamos, assim, como principal fonte as reclamações processuais trabalhistas impetradas por trabalhadores e trabalhadoras com idade inferior aos dezoito anos. O acervo consultado encontra-se no Arquivo do Serviço de Digitalização e Guarda (SEDIG) do Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. Empenhamo-nos em investigar, inventariar e problematizar as relações entre capital e trabalho, empregador e empregado a partir das peças processuais oriundas das sete Varas da Justiça do Trabalho na cidade de Florianópolis, cenário em que se desenvolve esta história. Palavras-chave: trabalho infantojuvenil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Justiça do Trabalho.

Apoena Canuto Cosenza | Doutorado

APONTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE O BALANÇO COMERCIAL BRASILEIRO, 2000 A 2012.

Orientador: Prof(a). Dra(a). Wilson do Nascimento Barbosa

Email: apoenacc@gmail.com

Resumo:

Pretende-se apresentar alguns apontamentos sobre as principais características do balanço comercial (BC) brasileiro, para o período de 2000 a 2012. No período, o Brasil experimentou uma melhora do saldo do BC, seguido de uma gradual piora a partir da segunda metade do entrecio. Nesse processo, a indústria manufatureira parece ter perdido dinamismo relativo, ao passo que a extrativa nacional parece ter se desenvolvido.

Artur Daniel Ramos Modolo | Doutorado

HISTÓRIA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: IMPLICAÇÕES DA ESFERA CIENTÍFICA, ECONÔMICA E MIDIÁTICA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Sheila Vieira de Camargo Grillo

Email: adrmodolo@gmail.com

Resumo:

Objetiva-se com a presente comunicação interpretar a conexão entre a utilização dos diversos gêneros discursivos, a partir do século XXI, com elementos históricos relacionados com as diferentes esferas de atividade humana, especialmente, a científica, econômica e jornalística. Para concretizar tal objetivo de análise, iremos relacionar as propostas elaboradas pelos teóricos do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, Medvedev e Volochinov) cujas obras tecem conexões entre o horizonte sócio-histórico e as produções verbais. Examinar-se-á as ligações entre as condições materiais para, por fim, verificar de que maneira a divulgação científica se diversificou, valendo-se de novos gêneros digitais, a partir da popularização da

Internet doméstica. Pretende-se, como resultado, avaliar como tal fenômeno foi propiciado por mudanças conjunturais ocorridas na contemporaneidade.

Bruna Dourado | Mestrado

COMÉRCIO E TRANSPORTE NO BRASIL OITOCENTISTA: A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR (C. 1850 – C. 1900)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Carlos Gabriel Guimarães

Email: brunaimdourado@gmail.com

Resumo:

A presente apresentação analisa alguns aspectos da trajetória empresarial da Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, empresa de capital privado que atuou no ramo da navegação de cabotagem, entre os anos de 1853 e 1908, com sede na cidade do Recife – PE. A navegação a vapor desenvolveu-se no Brasil, ao longo do século XIX, contribuindo para modernizar as estruturas da sua economia e dinamizá-la. A Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor insere-se, neste contexto, como parte importante para a sua compreensão, uma vez que participou ativamente da vida econômica das Províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará durante cinco décadas do século XIX, encerrando suas atividades já em 1908, no contexto do Brasil republicano.

Carlos Alberto Vieira Borba | Doutorado

“ESTRANHA CARAVANA EM AÇÃO”: A GRILAGEM DE TERRAS E ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA EM GOIÁS

Orientador: Prof(a). Dra(a). Osvaldo Coggiola

Email: carlosborba.historia@gmail.com

Resumo:

As décadas de 1950 e 1960 marca a integração definitiva de Goiás no processo de desenvolvimento econômico do país, principalmente após transferência da capital federal para território goiano. A possibilidade de prosperidade econômica do estado despertou a cupidez pelas terras inexploradas ou ocupadas por posseiros. Verifica-se a partir deste momento vários focos de grilagem de terras, alguns deles capitaneados por grupos tradicionais ligados a terra que buscavam ampliar seus domínios optando por incorporar terras ocupadas por posseiros, por apresentarem condições de uso como processo de acumulação primitiva. No entanto, o que chama atenção na grilagem de terras no período em tela é o fato dela ser realizada predominantemente não por fazendeiros, mas por capitalistas que não apresentavam nenhum vínculo com a terra, buscando tão somente sua especulação com a possibilidade de retornos futuros e, sobretudo o comércio de terras voltado para grupos internacionais que, na passagem da década de 1950 e 1960 passam a investir em terras no estado. A aquisição de terras na região foi realizada com o objetivo de que elas valorizassem para depois revendê-las. A possibilidade ganhos no mercado de terras em Goiás levou os grupos estrangeiros a adquirir cerca de 3,5% das terras do estado até por volta do final da década de 1960.

Carlos David Suarez Morales | Mestrado

ANTIPERONISMO À COLOMBIANA. GERMÁN ARCINIEGAS E A OPOSIÇÃO INTELECTUAL AO PERONISMO.

Orientador: Prof(a). Dra(a). Horacio Gutierrez

Email: cdsuarezm@gmail.com

Resumo:

O escritor e político colombiano Germán Arciniegas destacou-se na década de 1950 com um ativo propagandista liberal no conjunto da América Latina. Em seus artigos, livros, conferências e correspondência, Arciniegas avançou numa ofensiva contra o regime peronista a partir da qual é possível se aproximar das redes regionais do liberalismo militante no contexto da guerra fria.

Cleyton Rodrigues dos Santos | Doutorado

ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS E SOLIDARIEDADE NAS AÇÕES DE LIBERDADE EM RIO CLARO/SP NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

Orientador: Prof(a). Dra(a). José Jobson de Andrade Arruda

Email: cleytonrodrigues@usp.br

Resumo:

A presente pesquisa consiste em mostrar que nos últimos anos os estudos sobre a família escrava vêm ganhando uma maior atenção por parte dos historiadores da escravidão no Brasil. Busca-se compreender a importância da formação familiar como estratégia para mudança de status, e, assim, ascender da condição cativa para a de liberto. Desse modo, através da análise de um conjunto de fontes, como os processos criminais e as ações de liberdade depositadas no Arquivo Histórico Municipal de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, empreender uma análise dessas estratégias matrimoniais procurando entender como escravos e escravas se articularam e se organizaram no sentido de buscarem melhores condições materiais de vida fora do cativeiro.

Cristiano Addario de Abreu | Mestrado

A MOEDA NA PRIMEIRA REPUBLICA: ENTRE PAPELISTAS E METALISTAS A MOEDA COMO EXPRESSÃO DE UMA ECONOMIA EM DESLOCAMENTO DE SEU EIXO DINÂMICO.

Orientador: Prof(a). Dra(a). Alexandre Barbosa

Email: cddabreu@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho é estudar as políticas monetárias desde a proclamação da República (1889) até o momento do Convênio de Taubaté (1906). Destacando a tensão entre as propostas monetárias possíveis num país que saía da escravidão dentro de um mundo cujo centro econômico gravitava no padrão-ouro. Buscaremos rastrear as contribuições e os problemas para o desenvolvimento econômico das diferentes correntes políticas em ação, partindo do histórico confronto, vindo do Império, entre metalistas e papelistas. Para tanto, começamos com uma retomada historiográfica desde antes do começo da República até o período do Convênio de Taubaté (1906). Num segundo momento analisaremos os discursos políticos e relatórios ministeriais de Rui Barbosa e Joaquim Murinho. Tendo nestes dois personagens como referências do período, rastreademos quais moedas foram desejadas e possíveis para a construção do desenvolvimento econômico. Assim como quais grupos e eixos econômicos sustentaram e cresceram no desenvolvimento de tais moedas. Tentar compreender algumas possíveis relações entre moeda e desenvolvimento no espaço Brasil, assim como a conexão do processo de monetização brasileiro com o sistema mundo capitalista então em expansão sob hegemonia britânica. Hegemonia que já sentia o despontar industrial de Alemanha e EUA. Tanto as influências práticas quanto as concepções de mundo e civilização do centro do sistema capitalista eram absorvidas e reproduzidas no Brasil periférico de então. Podemos constatar variações programáticas sobre o desenvolvimento dentro do discurso econômico desde as polêmicas entre papelistas e metalistas. Para tanto começamos com

uma retomada histórica sobre a moeda brasileira. Usando para nossa compreensão o debate entre papelistas e metalistas a forçarem o eixo monetário para seus objetivos.

Daniel Souza Barroso | Doutorado

O SILÊNCIO DE HIMENEU: FAMÍLIAS ESCRAVAS E SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO NO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA

Orientador: Prof(a). Dra(a). José Flávio Motta

Email: dsbarroso@usp.br

Resumo:

No esforço de matizar a compreensão sobre a demografia da escravidão no Brasil oitocentista, esta comunicação tem por finalidade analisar o grau de incidência, a estrutura, os mecanismos de reprodução e a estabilidade possível das famílias escravas no Baixo Tocantins, região situada na Amazônia brasileira, durante a primeira metade do século XIX. Lançando mão de uma série de inventários post-mortem e considerando a família um microcosmo de observação privilegiado da reprodução demográfica, objetiva-se investigar a existência de um possível regime demográfico restrito entre os cativos da região tocantina, naquele contexto, a partir da análise de um dos componentes básicos da dinâmica populacional – a fecundidade –, assim como da nupcialidade. O Baixo Tocantins foi, ao longo da primeira metade do Oitocentos, um espaço caracterizado por uma grande concentração de escravos, que suportavam o sistema agroextrativista estabelecido na região.

Dannylo de Azevedo | Mestrado

O FAZENDEIRO DO BRAZIL: PÁGINAS DE UM PENSAMENTO DIRETIVO NO RENOVADO SISTEMA COLONIAL DO ATLÂNTICO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVIII

Orientador: Prof(a). Dra(a). Rodrigo Ricupero

Email: dannyloaz@gmail.com

Resumo:

A apresentação tem como objetivo mostrar os primeiros passos de uma pesquisa sobre a obra do frei Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Presidindo a Casa Literária do Arco do Cego, frei Mariano Veloso se inscreveu ativamente no interior de uma política econômica que visava desenvolver a exploração colonial portuguesa. Pensada especialmente para o Brasil, esta política consistia na produção de livros técnico-científicos cujo principal papel seria o de divulgar aprimoradas técnicas de produção agrícola, condizentes com os influxos da filosofia natural das luzes num esforço coletivo de renovação da agricultura no final do século XVIII. No nível das estruturas, tal processo tem relação com o despontar de um novo padrão de colonização no Império português.

Diego de Cambraia Martins | Mestrado

O COMÉRCIO PORTUGUÊS EM ÁFRICA: O CASO DE BISSAU E CABO VERDE (1796-1808)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Pedro Luís Puntoni

Email: cambraia.martins@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo apresenta alguns elementos quantitativos relacionados ao comércio português com o arquipélago de Cabo Verde e os rios da Guiné, mais especificamente com a feitoria de Bissau. Foram usados os dados das Balanças de Comércio de Portugal com seus domínios em África. O intuito foi de tentar

estabelecer os padrões do comércio lusitano com suas possessões africanas, destacando os principais produtos que eram demandados tanto no arquipélago, quanto na Costa. Sendo assim, pode-se compreender o funcionamento desse outro ramal do mercado atlântico português não apenas no que diz respeito às mercadorias, mas ao volume financeiro movimentado nesta rota comercial.

Eduardo Januário | Doutorado

NACIONALISMO ÉTNICO E NACIONALISMO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DAS BASES TEÓRICAS DO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO.

Orientador: Prof(a). Dra(a). Wilson do Nascimento Barbosa

Email: edujanuário@usp.br

Resumo:

No passado recente, a condução da política econômica no Brasil despertou algumas discussões a respeito das bases teóricas e do caminho seguido nos últimos doze anos de governo. Nesse sentido, entre outros, destacam-se os escritos de Luiz Carlos Bresser Pereira, cujos argumentos teóricos reafirmam as práticas do chamado novo-desenvolvimentismo. O que pretende esta comunicação é atentar-se para os conceitos de nacionalismo étnico e nacionalismo econômico apresentados em alguns textos desse autor. A ideia é discorrer a respeito das particularidades dos conceitos elencados e acrescentar outras interpretações ao debate.

Eduardo Silva Ramos | Mestrado

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: FISCALIDADE, SISTEMA BANCÁRIO E MEIO CIRCULANTE (1822-1844)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Vera Lucia Amaral Ferlini

Email: eduardo.ramos@usp.br

Resumo:

Partindo do estudo da economia brasileira no período supra, procuraremos verificar de que forma autoridades governamentais, aliada a um setor da “comunidade portuguesa” no Brasil, em especial ligadas ao comércio e aos serviços burocráticos, utilizaram-se de uma situação econômica instável, de forma a privilegiar os interesses políticos e econômicos de tais grupos. Identificando e analisando as formas de organizações adotadas pelas principais instâncias de normatização e organização do aparelho econômico brasileiro, pretendemos apontar a existência de ações deliberadas, por parte do Governo Central e da “comunidade portuguesa”, em controlar as particularidades da economia brasileira no que tange ao sistema fiscal, ao sistema bancário e ao meio circulante. Dessa forma, seria possível verificar em que medida houve privilegiamento, mesmo que não explícito, de interesses de grupos ligados diretamente à Coroa, excluindo, em parte, interesses provinciais. O trabalho, parte do pressuposto de que o sistema fiscal, o sistema bancário e o meio circulante, quando analisados conjuntamente, permitem-nos problematizar a formação e o desenvolvimento da economia brasileira oitocentista. A partir da década de 1840, reformas e saneamento do sistema financeiro tiveram como foco: impostos, bancos e a moeda, de maneira a contrapor-se ao projeto político-econômico estabelecido no Primeiro Reinado.

Elizabeth Santos de Souza | Mestrado

REPUTAÇÃO EM FOCO: O COMPORTAMENTO DOS CREDORES E MUTUÁRIOS DO CRÉDITO URBANO NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO OITOCENTISTA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Carlos Gabriel Guimarães

Email: elizabeth_santos_souza@hotmail.com

Resumo:

O periódico Gazeta do Rio de Janeiro começou a circular em 1808, e tão logo se tornou o recurso de divulgação de notícias que serviam aos interesses particulares. Restrita ao final do impresso, a seção designada “anúncios” retratava parte do cotidiano do mercado de crédito urbano fluminense, apresentando as constantes inquietações que impulsionavam credores e mutuários a recorrer ao uso da escrita para expressarem informações sobre a técnica do número - manuseada por todos os grupos sociais e aplicada às transações de pedir e tomar empréstimo. Dessa forma, a presente comunicação objetiva analisar os discursos dos credores e devedores que constam na Gazeta do Rio de Janeiro entre os anos de 1808 a 1821, apetrechando compreender seus comportamentos para a preservação da fama numa sociedade fortemente hierarquizada.

Eujacio Roberto Silveira | Mestrado

SÃO PAULO 1917: PATRONATO INDUSTRIAL E LUTA DE CLASSES

Orientador: Prof(a). Dra(a). Henrique Carneiro

Email: jaihistoria@yahoo.com.br

Resumo:

O ano de 1917 simbolizou um momento de forte tensão entre o capital e trabalho, na Cidade de São Paulo. Com a decretação da Greve Geral no mês de julho, por parte de lideranças anarco-sindicalistas, contra a carestia, pela regulamentação do trabalho de menores, além de 20% de aumento nos salários; projetou os patrões da indústria à cena política imediata. As divergências pela resolução do conflito e a incapacidade de agir em unidade, expôs este segmento patronal à necessidade de uma urgente intervenção para por fim ao movimento grevista. Intervenção lapidar do Comitê de Imprensa que, formado às pressas, inaugurou, por assim dizer, a modernização das negociações entre as partes em conflito: capital e trabalho. Assim, esta apresentação tem como objetivo discutir o caráter dos patrões da indústria na Greve Geral de 1917.

Felipe Castilho de Lacerda | Mestrado

LIVROS COMUNISTAS NA DÉCADA DE 1920: LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

Orientador: Prof(a). Dra(a). Marisa Midori Deaecto

Email: felipe.lacerda@usp.br

Resumo:

Edgard Carone inicia seu texto “Literatura e Público” citando o crítico alemão Levin Schüking, explicando que o processo tardio de surgimento do naturalismo alemão se deu por uma luta entre duas frações da burguesia, uma presa aos valores tradicionais e defendendo o classicismo e romantismo e a outra advogando a causa do naturalismo. Carone busca demonstrar que havia uma situação análoga no desenvolvimento cultural brasileiro, mas não seriam duas frações de classe que se colocariam na contenda cultural, mas duas classes: a burguesia e a classe trabalhadora. Se a classe oligárquica (ou a burguesia) expandiu seu mercado editorial e o difundiu através de editoras e livrarias a partir da segunda metade do século XIX, a classe trabalhadora se encontrou em sintomático atraso, começando a desenvolver efetivamente sua produção editorial apenas a partir da década de 1930. A década de 1920 será, portanto, para os primeiros comunistas brasileiros, de grande esforço para a divulgação de suas ideias. A produção editorial marxista estará diretamente ligada ao surgimento e desenvolvimento do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. Ao longo da década de 1920, houve um crescimento

modesto da produção de livros, opúsculos e folhetos de tendência marxista no Brasil. O pouco que foi produzido sofreu as dificuldades da distribuição – problema que, é claro, não afetava somente os livros comunistas, apesar de estes terem suas especificidades, sendo esta uma característica do mercado do livro no período. Em 1926, Octávio Brandão, sob o pseudônimo de Fritz Mayer, escreverá um ensaio interpretativo da revolução paulista de 1924, Agrarismo e Industrialismo, que será considerada a primeira interpretação marxista do Brasil. Neste livro, Octávio Brandão, uma das principais lideranças comunistas dos primeiros anos junto a Astrojildo Pereira, proporrá a tese que pautará a política comunista até o III Congresso do PCB: a aliança da classe operária com a pequena burguesia representada pelos "tenentes" revolucionários. O levantamento bibliográfico de livros comunistas busca nos ajudar a melhor compreender o ambiente no qual foi escrito e distribuído o livro Agrarismo e Industrialismo de Octávio Brandão. Buscaremos nesta comunicação apresentar os primeiros resultados desse levantamento, explicitando as fontes nas quais nos baseamos para sua elaboração e demonstrando as possibilidades de uso do método quantitativo para a análise da produção editorial comunista.

Felipe Marineli | Mestrado

O "DESENVOLVIMENTISMO" DE ANTONIO DELFIM NETTO E O "MILAGRE ECONÔMICO" BRASILEIRO (1968-73)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Alexandre Freitas Barbosa

Email: elipe.marineli@usp.br

Resumo:

A pesquisa tem como finalidade a catalogação, sistematização e análise da produção teórica de Delfim Netto, do início da década de 1950 a meados da década de 1980, a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil. Pretende-se delinear tanto a especificidade do pensamento de Delfim Netto quanto a importância do "milagre econômico" no quadro geral da industrialização brasileira. Trata-se, então, de estabelecer a conexão entre teoria e prática e compreender o papel de Delfim Netto no avanço em direção a um caminho para a acumulação de capital em meio a outras alternativas possíveis.

Felipe Souza Melo | Mestrado

O TRANSPORTE DE MERCADORIAS ENTRE PERNAMBUCO E PORTUGAL: QUANTIFICAÇÃO, HIERARQUIAS E GRUPOS MERCANTIS NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS (1755-1807)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Maximiliano Mac Menz

Email: felipe_melo1989@hotmail.com

Resumo:

A pesquisa em andamento toma como objeto central o grupo dos transportadores que atuaram entre Pernambuco e Portugal na segunda metade do século XVIII, almejando hierarquizá-los através da quantificação de suas cargas transportadas. Por meio da identificação e hierarquização desse grupo será possível descobrir quais os homens de negócio que comandavam o transporte e as suas possíveis ramificações em outras atividades econômicas, tanto no âmbito metropolitano como colonial, contribuindo para um melhor entendimento da extensão e das particularidades das redes econômicas do Atlântico português.

Francisco Quartim de Moraes | Mestrado

A POLÍTICA ECONÔMICA DE 1930-32 E O LEVANTE PAULISTA.

Orientador: Prof(a). Dra(a). Wilson do Nascimento Barbosa

Email: francisco.moraes@usp.br

Resumo:

Uma rápida análise da historiografia mostra a insuficiência das explicações tradicionais do levante paulista de 1932. Normalmente atribuídas a constitucionalização e a bandeira de um interventor paulista e civil. Buscaremos através de dois eixos principais arrolar outros motivos para o levante paulista . Através da política trabalhista e da política econômica do governo oriundo da Revolução de 1930 surgem outras explicações mais concretas.

Gian Carlo Maciel Guimarães Hespanhol | Mestrado

DELFINO NETTO E A ASSIMILAÇÃO DA MODERNA ECONOMIA NO BRASIL (1950-60)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Alexandre Macchione Saes

Email: gian_hespanhol@hotmail.com

Resumo:

Antônio Delfim Netto, economista que teve participação fundamental na política brasileira na segunda metade do século XX, pode ser considerado como um dos responsáveis pela “modernização” da Ciência Econômica do Brasil. A Teoria Econômica no mundo vinha passando por uma profunda transformação no período do Pós-Guerra, processo de instrumentalização e formalização do conhecimento econômico, trilhando a ascensão dos economistas nas políticas nacionais. O presente trabalho versará sobre o papel de Delfim Netto na apropriação e disseminação da Teoria Econômica, consolidada especialmente nos Estados Unidos durante o Pós-Guerra, na Faculdade de Economia da USP.

Gilmar Machado de Almeida | Doutorado

DIALOGANDO COM A NATUREZA: TEORIAS, LEIS E PROPOSTA PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA.

Orientador: Prof(a). Dra(a). José Eduardo Marques Mauro

Email: gmachadoalmeida@usp.br

Resumo:

Neste trabalho vamos analisar o regime jurídico das águas e da indústria hidroelétrica do início do século XX. Para tanto contamos com o precioso trabalho do Professor de direito Alfredo Valadão que foi responsável pela criação do anteprojeto do código de águas e que forneceria base legal para o desenvolvimento do setor de geração de energia elétrica no país, por volta de 1909. Alfredo Valadão, juntamente com outros notáveis conhecedores do direito, participou da comissão responsável por modernizar a legislação sobre acesso e uso da água no Brasil, de modo, que se pudesse, o quanto antes, controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas para geração de energia hidráulica.

Gilvan Leite de Oliveira | Mestrado

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UMA VILA DA MARINHA: SANTOS (1788-1822)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Vera Lucia Amaral Ferlini

Email: gloliveira@usp.br

Resumo:

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a dinâmica econômica da vila de Santos no lapso temporal compreendido entre os anos de 1788 e 1822. Seus resultados proporcionarão elementos para verificação de um eventual processo de desenvolvimento econômico auferido pela vila e se o mesmo fora objeto de uma

política governamental sistemática visando a este fim. O período em questão foi, para Santos, de importância fundamental. Sua diferenciação em relação aos momentos que lhe foram contíguos esteve no desenvolvimento comercial de sua praça, cujos resultados mais significativos foram o crescimento da população, a ampliação do número de comerciantes, o aumento do volume e da diversificação dos negócios e, a definição, acima de qualquer outra vila litorânea paulista, como principal porto da capitania. Este último, sem dúvida, o resultado mais importante, afirmou sua vocação portuária, consolidou seus laços com a capital e confirmou o papel que esta exercia como entreposto das várias rotas que lhe perpassava, entre as quais a do litoral, que visava ao interior. Outra característica desse momento, foi o aumento da intensidade de suas relações comerciais com outros portos e vilas litorâneas por meio da navegação de cabotagem: Rio Grande, Rio de Janeiro, Ubatuba, São Sebastião, Iguape, entre outros. Obtinha gêneros de subsistência nas regiões adjacentes ou de outras vilas litorâneas e exportava-os para mercados consumidores, como Rio de Janeiro e Rio Grande, de onde provinham produtos primários ou manufaturados que eram remetidos para a capital e o interior. Trata-se, portanto de tentativa de análise em três níveis: 1) percepção de modificação dos níveis de desenvolvimento social e econômico por meio do estudo da estrutura de posse de escravos e da evolução demográfica da vila portuária; 2) avaliação da intensidade da integração da vila de Santos, sua praça de comércio e seu porto com a capitania de São Paulo em consonância com as linhas mestras de funcionamento do Antigo Sistema Colonial; 3) exame das diretrizes da política colonial específica para a capitania de São Paulo e a vila de Santos e a respectiva comparação com as ações governamentais executadas. Tendo como base documental correspondências oficiais, memórias, levantamentos estatísticos e censos populacionais e, por meio de técnicas da estatística e da demografia histórica, pretende-se obter os lineamentos principais da evolução econômica de Santos nas três décadas que compreendem aquele estado de desenvolvimento singular.

Hyllo Nader de Araújo Salles | Doutorado
A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS,
1710-1808

Orientador: Prof(a). Dra(a). Pedro Luís Puntoni
Email: hyllo.nader@gmail.com

Resumo:

A crescente produção de ouro no Brasil no início do século XVIII fez com que a Coroa, que, até então, havia concentrado seus esforços na tentativa de ressuscitar o Estado da Índia, volta-se para o Atlântico Sul, uma vez que o vil metal amarelo arrastou para lá o eixo de gravidade econômica do império e consequentemente os interesses da administração central, isto é, a preocupação fiscal que dominará o mecanismo administrativo. Por isso, em 09 de setembro de 1710, um decreto determinava que todo o ouro que fosse nas frotas do Brasil ou em navios soltos para o Reino deveria ser levado a Casa da Moeda em Lisboa, forma de o poder central controlar a circulação de metais preciosos. Foi a partir desse decreto que se produziram os registros conhecidos como manifesto das naus, custodiada pelo Arquivo da Casa da Moeda em Lisboa, a série é composta por 1.386 livros, com datas entre 1710 e 1807, que acompanharam os cofres dos navios, em que se registravam a quantidade de ouro a ser remetida a Lisboa. Uma fatia importante das receitas do Reino foi assegurada pelas remessas de ouro para a Coroa, 22 % do ouro que cruzou o Atlântico registrado nos manifestos pertencia a Fazenda Real e os outros 78 %, aos particulares, valor expressivo. Em 1720, D. João V, por

meio de um alvará, determinou que todo o ouro transportado do Brasil para o Reino deveria pagar o direito do 1%, anos depois, essa determinação se estenderia às pedras preciosas também. Importa dizer que, para a arrecadação do um por cento, essas quantidades de ouro foram registradas nos livros de manifestos das naus. A presente pesquisa ainda em andamento tem por objeto de estudo a circulação monetária no Império Ultramarino Português, a partir da análise sistêmica das remessas de ouro feitas por particulares na colônia para Lisboa, registradas na série manifestos das naus entre 1710 – primeiro registro no livro de manifestos – até 1760, que compreenderia o período da máxima produção de ouro na capitania das Minas Gerais, uma vez que, as remessas de particulares, que compunha 78% do valor das remessas líquidas totais. Portanto, representam um volume considerável de negócios mercantis, sendo, em geral, o contra-valor de mercadorias. Tendo em vista a natureza das fontes que alicerçam a presente pesquisa, a metodologia considerada a mais adequada deve ser baseada nos procedimentos usuais de coleta, sistematização e análise crítica dos dados levantados.

Jefferson de Lara Sanches Junior | Mestrado

A AGRICULTURA NACIONAL NA ERA VARGAS: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA ECONOMIA E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Cristina de Campos

Email: jeffersonsanches@rocketmail.com

Resumo:

Nesta comunicação, propomos a discussão sobre a agricultura brasileira durante o primeiro governo de Vargas, analisando as medidas econômicas e ciência e tecnologia para o produto. A crise política no final dos anos de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder trouxe consigo novas formas de se compreender o setor agrícola nacional, impactado seriamente pela crise de Wall Street e a superprodução cafeeira. Logo, as primeiras medidas adotadas pelo governo provisório tinham por finalidade resgatar a situação da economia e cafeicultura nacional. A atuação do Ministério da Agricultura no período e as transformações pelas quais passou ao longo do período foram fundamentais e visavam sua adequação a uma nova situação, onde se destaca a diversificação da agricultura nacional e as medidas em ciência e tecnologia para esse fim. Este trabalho é fruto de uma pesquisa em nível de Mestrado intitulada “A Estação Experimental de Botucatu e as transformações na cafeicultura nacional na Era Vargas (1934-1945)”, desenvolvida junto ao Departamento de Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociência da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof. Dr^a Cristina de Campos.

José Pacheco dos Santos Júnior | Mestrado

ENTRE O LABOR E OS TRIBUNAIS: MENORES TRABALHADORES E A BUSCA POR DIREITOS À ÉPOCA DA DITADURA MILITAR (SUDOESTE DA BAHIA, 1964-1972)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura

Email: josepsjunior@usp.br

Resumo:

Subordinada ao Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região, a Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Vitória da Conquista (BA) foi criada em 1962 por força da Lei nº. 4.124/62, tendo sua instalação física concretizada em 1963. A partir de 1964, um ano após a instalação da JCJ, torna-se comum a presença, na documentação, de crianças e jovens trabalhadores que, sobretudo após a rescisão

contratual, exigiram o cumprimento da legislação trabalhista (artigos 402 a 410 da CLT) que regulamentava o trabalho do menor. Compreendendo a justiça como mais um espaço de luta para os trabalhadores, um locus privilegiado onde estes deixam registradas as suas reclamações e os vestígios de suas “consciências legais”, a comunicação objetiva analisar, quantitativa e qualitativamente, as 117 ações ajuizadas por menores trabalhadores no referido tribunal de primeira instância até 1972, ano que encerra a primeira fase da jurisdição da JCJ. Além disso, visa-se desvendar os ritos processuais, a movimentação de processos e, essencialmente, dialogar com a legislação brasileira, com a jurisprudência coeva e com o Direito Internacional do Trabalho relativos à proteção do trabalho do menor.

José Rogério Beier | Mestrado

OS CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO: A INSTITUIÇÃO DAS BARREIRAS COMO POLÍTICA ECONÔMICA PROVINCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE SÃO PAULO (1835-1850).

Orientador: Prof(a). Dra(a). Iris Kantor

Email: rogerio.beier@usp.br

Resumo:

As Barreiras paulistas eram postos fiscais da administração provincial que, a partir de 1835, foram instaladas nas principais estradas da Província a fim de tributar o trânsito, recolhendo taxas pelo uso das respectivas estradas. Os valores arrecadados visavam formar um fundo a ser reinvestido na manutenção e ampliação de toda a rede viária provincial. Assim, a partir da criação de mapas temáticos que buscam espacializar o processo de instalação das Barreiras na rede viária paulista entre 1835 e 1850 – juntamente com a análise da conjuntura política e econômica de São Paulo na primeira metade do século XIX – esta comunicação pretende delinear as grandes regiões econômicas da Província no período supracitado; apontar os principais eixos da infraestrutura de circulação mercantil intraprovincial, bem como suas conexões com as províncias limítrofes; e, por fim, discutir como o processo de capitalização decorrente da integração de São Paulo ao mercado mundial através, sobretudo, da Grande Lavoura açucareira de exportação, possibilitou o contínuo desenvolvimento do sistema viário – impulsionado com a criação da Assembleia Legislativa Provincial, em 1835 – legando uma infraestrutura viária capaz de atender à expansão cafeeira em direção ao interior da Província, nas terras do chamado Oeste Paulista, cuja produção precisava ser escoada até o porto de Santos.

Kleber de Oliveira | Doutorado

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO: A APLICAÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE) ENTRE OS ANOS DE 1999 E 2011

Orientador: Prof(a). Dra(a). José Eduardo Marques Mauro

Email: kleberoliv@usp.br

Resumo:

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos principais instrumentos de política pública federal para o desenvolvimento regional. Criado em 1988, através do Artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal e regulamentado em 1989, através da Lei 7.827/89, o FNE tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos da região. Para tanto, o Banco do Nordeste (BNB), operador do fundo, elabora anualmente a Programação do FNE e os Planos Estaduais de Aplicação de Recursos, com base

nas exigências legais e nas diretrizes e prioridades definidas pelo Ministério da Integração e SUDENE, além de reuniões de trabalho envolvendo representantes governamentais e da sociedade civil, visando fortalecer, assim, o planejamento da ação desenvolvimentista proposta para este instrumento. Neste artigo, apresenta-se o histórico da execução do FNE no Norte do Espírito Santo, através do levantamento da série anual de aplicação do fundo entre os anos de 1999 e 2011 (início da aplicação no estado e fim do governo Lula, respectivamente), em comparação aos parâmetros preconizados nos respectivos planos anuais de aplicação estadual. Verificou-se o substancial aumento do volume de aplicações a partir de 2003, acompanhando a retomada das políticas federais de desenvolvimento regional a partir do governo Lula. Por outro lado, os dados indicam a permanência do desafio de ampliar a aderência entre o planejado e o efetivado para além do volume de recursos, na perspectiva da busca de uma ação mais efetiva da indução estatal ao desenvolvimento econômico regional.

Leonardo Cândido Rolim | Doutorado
UM PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARA OS “SERTÕES DO NORTE” NO
“ROTEIRO DO MARANHÃO A GOIAZ PELA CAPITANIA DO PIAUÍ” (C. 1770 – C. 1790)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Iris Kantor

Email: leonardorolim@usp.br

Resumo:

Esta comunicação faz parte de uma série de questões que começamos a discutir e que fará parte do conjunto de discussões desenvolvidas em nossa tese de doutorado. O Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí constituiu-se, ao longo de décadas, como uma das fontes mais utilizadas por pesquisadores acerca dos sertões no período colonial. O relato anônimo da segunda metade do século XVIII foi publicado por iniciativa de Capistrano de Abreu na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1900. O próprio Capistrano perscrutou esta fonte em seus escritos, mas foi Caio Prado Júnior, no seu clássico Formação do Brasil Contemporâneo, quem citou de maneira mais exaustiva o texto. Existem dois manuscritos deste documento. Um deles encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o outro na Academia Real das Ciências de Lisboa, os dois em Portugal. De maneira geral o Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí, gênero comum na colônia a partir dos setecentos, traz informações sobre o percurso de um viajante (?) que parte de São Luís e, pelo sertão do Piauí e do Tocantins, chega à capitania de Goiás. Consideramos, no entanto, que este texto vai além de um simples roteiro no século XVIII. Ele traz informação que vão desde o número de fazendas, distância percorrida em léguas, anotações sobre rios, serras, lagoas, etc. Seguem também dados sobre as vilas da capitania do Piauí, os limites desta capitania, seu comércio. Todavia, a parte do documento que interessa mais nesta comunicação é o projeto proposto pelo autor para os sertões por ele visitados. Nesse momento do texto, o anônimo faz considerações sobre como deveria ser a exploração naquela região da colônia e propõe medidas para “reduzir à prática” o projeto. Além disso, apresenta alguns obstáculos e prejuízos que poderiam aparecer na medida em que o projeto fosse posto em prática. Tentaremos, nesta comunicação, dar conta de algumas questões centrais que, por hora, julgamos fundamentais na abordagem a esta fonte.

Luis Fernando Migliari Branco | Mestrado

O PAPEL DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: AS ESPECIFICIDADES NA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Orientador: Prof(a). Dra(a). Alexandre de Freitas Barbosa

Email: luisfernadobranco@gmail.com

Resumo:

A exposição pretende relacionar o crescimento da participação das atividades industriais na economia do país entre as décadas finais do século XIX e a primeira metade do século XX e a formação do setor e do pensamento industrial brasileiro como símbolo das transformações pelas quais o país atravessava. Para isso, o exame das análises sobre esses processos constituem a própria condição em que o perfil do empresariado industrial nacional se desenvolveu. Essas considerações são fundamentais quando se trata de observar que o capitalismo brasileiro, periférico, jamais poderia produzir uma classe social burguesa aos moldes dos países centrais, onde ela encarnou, no limite, a própria ideia de revolução e autonomia nacional. No século XX, brasileiro, mais precisamente até a década de sessenta, o pensamento sobre a industrialização brasileira era traduzido como progresso da nação frente ao atraso ao qual país esteve condenado enquanto mantivesse sua estrutura colonial. O empresariado industrial brasileiro, dentro dessa lógica, deveria ser o agente promotor do progresso. Porém, a origem e desenvolvimento do empresariado industrial nacional, intimamente ligadas ao setor agroexportador e ao capital estrangeiro desdobrava-se no desencaixe das engrenagens progressistas que levariam à independência do país. Ao mesmo tempo, o dinamismo das atividades industriais possuía forte dependência da atuação do Estado nacional no setor, que se tornou um dos polos fundamentais para a acumulação de capitais e expansão industrial. Um setor dependente do Estado, das inversões estrangeiras e do próprio setor agroexportador expunham a fragilidade do empresariado industrial, que diante de tais circunstâncias, organizou-se de forma pragmática, na busca constante pelo aumento da sua influência nos núcleos de poder do Estado. Havia, portanto, uma situação específica em que o empresariado industrial não se colocava abertamente em confronto aos interesses anteriormente estabelecidos pelas antigas elites. Seu projeto de dominação de classes procurou se adequar à esses interesses e às demandas dos países capitalistas centrais, por meio da dupla articulação, visando garantir estabilidade política para expropriação da classe trabalhadora. Essa constatação é fundamental para que se compreenda que a existência e reprodução do capitalismo no Brasil independiam da noção de liberdade e emancipação nacional, quanto menos da própria defesa de um sistema democrático.

Luís Otávio Pagano Tasso | Doutorado

POLÍTICAS ECONÔMICAS EM PORTUGAL – 1807-1820

Orientador: Prof(a). Dra(a). Vera Lucia Amaral Ferlini

Email: otaviopagano@gmail.com

Resumo:

Ao final do século XVIII e início do XIX, o tesouro português dependia das receitas aduaneiras do comércio entre Metrópole e Colônia e seu comércio externo com as colônias era muito prejudicado com o movimento das Invasões Francesas. A pesquisa objetiva pensar um programa de políticas econômicas feitas pelo Estado Português (Governadores do Reino) voltadas para sua manutenção e como reação aos contextos político e econômico, face aos conflitos europeus.

A elite dirigente portuguesa acomodaria os regimes e as ideologias que os justificavam alinhando-se ora às políticas inglesas ora às francesas, embora isto não significava que os portugueses fossem a favor da manutenção de uma tutela sobre Portugal, que não se mostrava subserviente economicamente nem a Inglaterra nem a França.

Para isso, a atuação dos Governadores do Reino, notadamente na figura de João Antônio Salter de Mendonça, secretário e encarregado dos negócios do Reino e da Fazenda entre 1807 e 1820, e de Ricardo Raimundo Nogueira, que era membro da regência do Reino entre 1810 e 1820, pode demonstrar se houve um programa político-econômico e como se deu sua formação, elucidando as ações do Estado português.

Luiz Alberto Melchert de Carvalho e Silva

Evolução do arrendamento de terras no mercado sucro-alcooleiro do Brasil (1822-1970)

Orientador: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

Email: lalberto.mcs@gmail.com

Resumo:

A partir da independência do Brasil, quando se extinguíram as sesmarias, a terra foi alvo de vários métodos de ocupação. Nos últimos quarenta e cinco anos, o arrendamento de pequenas propriedades pelo agronegócio ganhou espaço, especialmente na produção canavieira. As pesquisas a respeito têm, de forma descritiva, ocupado espaço entre as publicações de Economia, Geografia e Sociologia mas pouco em História Econômica. Este estudo analisa, sob o enfoque da História, o caminho percorrido pela ocupação de terra rumo ao arrendamento sob os pontos de vista da ordenação legal e dos anseios conta beis e financeiros do capital rural. Esse fenômeno apoia-se num tripé formado pela legislação pertinente ao plantio e venda da cana-de-açúcar, à ditadura da liquidez que leva as empresas a procurarem minimizar seu capital permanente; finalmente, pela opção pela rodovia, que dá plasticidade e fluidez aos contratos, permitindo que eles variem em local e extensão, de acordo com as condições do mercado do açúcar e do álcool.

Luiz Felipe Bruzzi Curi | Doutorado

ADOLPH WAGNER NO BRASIL: AS INFLUÊNCIAS ALEMÃS DE RUI BARBOSA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Alexandre Macchione Saes

Email: luizfelipebc@gmail.com

Resumo:

Um dos indícios de que ideias econômicas alemãs circularam no Brasil de início do século XX é a obra de Rui Barbosa, que recorreu a pensadores de várias origens para formular suas ideias sobre política econômica: há, entre suas fontes, autores americanos, franceses e alemães. Rui Barbosa utilizou-se da obra de Adolph Wagner, ao discutir o sentido das reformas que implantou como Ministro da Fazenda na primeira década republicana: de início, a pluralidade de emissões e, depois, a tentativa de criação de um “banco central”, com o Banco da República. Esta comunicação se debruça sobre esses recursos de Rui às formulações de Wagner, utilizando como fontes principais seus discursos no Senado da República (1892).

Marcel Pereira da Silva | Doutorado

CAMINHOS NA AMÉRICA DO SUL - PEQUENO ESTUDO COMPARATIVO DO DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Alexandre Macchione Saes

Email: marcelps@usp.br

Resumo:

O presente trabalho, ainda um pequeno esboço de pesquisa como parte de um futuro capítulo de tese, pretende analisar comparativamente o desenvolvimento ferroviário do Brasil e da Colômbia até 1930. A justificativa se apresenta na tentativa de traçar paralelos entre ambos os países, cuja a formação das redes ferroviárias guardaram muitos aspectos em comum (como o sistema de garantias de juros, desintegração da rede e o papel central, mas não exclusivo do café), embora também aprensetassem algumas diferenças (como as dimensões geográficas, tamanho da rede e quadro político). Neste primeiro momento, será feita uma revisão bibliográfica a respeito do tema, de obras tanto brasileiras quanto colombianas, além da utilização de alguns relatórios oficiais do quadro do transporte brasileiro. Posteriormente, pretendemos estender a investigação para outros países como Argentina e Uruguai, no intuito de se ter um quadro mais completo do desenvolvimento ferroviário sul-americano, quadro este que acreditamos estar inserido no contexto de expansão dos serviços públicos nos séculos XIX e XX (onde o capital estrangeiro teve participação de destaque), condicionado também por lógicas internas dos países, que no caso do Brasil e da Colômbia possuíram mais semelhanças do que imaginávamos a princípio.

Marcelo Loyola de Andrade | Doutorado
ESCRAVIDÃO NA LAVOURA CACAUEIRA. ILHÉUS-BA, 1850-1888
Orientador: Prof(a). Dra(a). Horacio Gutierrez
Email: malandre@usp.br

Resumo:

Trata-se de uma pesquisa, em fase inicial, sobre a escravidão na vila de São Jorge dos Ilhéus-BA, entre 1850-1888. O propósito é investigar o perfil econômico dos inventariados da localidade, destacando dados relativos aos produtores e não produtores de cacau, como a composição do patrimônio, a estrutura da posse de escravos e as características demográficas da população cativa. Desse modo, pretendemos analisar qual a contribuição do trabalho escravo para o desenvolvimento da lavoura cacaueira do Sul da Bahia e a importância desta cultura no circuito econômico local e regional. Para tanto recorreremos às seguintes fontes documentais: inventários post-mortem, Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, matrícula geral dos escravos e Livros de Notas do Tabelaionato de Ilhéus. Assim, esperamos entender e explicar as peculiaridades da escravidão em Ilhéus no período assinalado e identificar suas particularidades no contexto da escravidão brasileira.

Marcelo Luiz Delizio Araujo | Mestrado
DO PLANO BAKER AO PLANO BRADY – A MUDANÇA DE POSTURA DO FMI
Orientador: Prof(a). Dra(a). Alexandre Macchione Saes
Email: marcelodelizio@yahoo.com.br

Resumo:

O Trabalho discute a mudança de postura do FMI em relação ao tratamento da crise das dívidas externas da América Latina, tendo por ponto de partida a comparação de certos aspectos do Plano Baker (1985) e do Plano Brady (1989). Ambos os Planos foram apresentados num mesmo contexto de crise, onde as economias em desenvolvimento, Brasil como um bom exemplo, apresentavam dificuldades em honrar seus compromissos anteriores junto aos credores internacionais. Longas negociações ocuparam a primeira metade da década de 1980, até que o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos propõe, em 1985, um conjunto de propostas que seria chamado Plano Baker. Voltado para promover o

crescimento econômico dos países endividados, o Plano não resulta em redução das dívidas nem em redução dos riscos aos investidores. Diante do fracasso, em 1989, o novo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos propõe um novo conjunto de medidas. Denominado Plano Brady, este novo conjunto abriu brechas para a redução das dívidas e das taxas de juros embutidas. O resultado foi um relativo e lento sucesso, com negociações se prolongando ao longo dos anos 1990 e 2000. Quando analisadas em comparação, saltam à vista algumas diferenças fundamentais entre as propostas. O Plano Baker partia de um diagnóstico segundo o qual os países endividados encontravam dificuldades para quitar suas obrigações junto aos credores em virtude da fraqueza de suas economias. Promover o crescimento econômico parecia, assim, o remédio correto a ser prescrito. Por sua vez, o Plano Brady parecia compreender as dívidas como causas das dificuldades econômicas das nações endividadas. Assim, garantir o pagamento das obrigações junto aos credores, implicava em reduzir o montante da dívida ou o serviço destas. Visto por este prisma, as propostas contidas no Plano Baker e no Plano Brady são diametralmente opostas, não obstante uma diferença de menos de 48 meses separando ambas. A mudança de postura do FMI entre estas duas propostas teria sido decorrência de um agravamento das crises (com direito a uma moratória brasileira em 1987) e de mudanças no mercado financeiro internacional, que nortearam diversas propostas encaminhadas ao Fundo que, por fim, acabou por ceder ao apelo internacional.

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro | Doutorado
SER OU NÃO SER: O ÍON DE EURÍPIDES ENTRE A SUBORDINAÇÃO À
SACRALIDADE DO ALTAR E O IMPÉRIO DA LEI

Orientador: Prof(a). Dra(a). Maria Beatriz Borba Florenzano

Email: mclribeiro@usp.br

Resumo:

Muito provavelmente entre 413 a.C. e 411a.C, Eurípides (485a.C.-406 a.C.) levou aos palcos do teatro de Dioniso a tragédia Íon, cujo cenário fictício era o Santuário de Apolo em Delfos. Um dos momentos de grande tensão é vivido no altar em frente ao templo do deus entre o jovem que dá nome à tragédia e a mãe, Creúsa; ambos, no entanto, desconhecem a ligação familiar. Analisaremos o contexto que antecede ao reconhecimento (anagnórisis). Logo, quando eles ainda são, por um lado - uma mulher julgada e condenada à morte por tentativa de assassinato, que se refugia como suplicante no altar e, por outro - um jovem, que por ação divina escapou ao envenenamento. Muito se tem discutido qual a real motivação de Íon não matar Creúsa. Acreditamos que entre a subordinação à sacralidade do altar e o império da lei, a chave da questão está no significado do espaço para o herói. Eis o que pretendemos expor aqui. O conceito de espaço por nós utilizado é tomado de empréstimo do arquiteto moderno Amós Rapoport, que vem sendo utilizado nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do LABECA – Laboratório de Estudo sobre a Cidade Antiga, da Universidade de São Paulo, do qual fazemos parte.

Marco Volpini Micheli | Mestrado
DINAMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO IMPÉRIO COLONIAL
PORTUGUÊS: UM ESTUDO SOBRE SÃO PAULO (1765-1830)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Vera Lucia Amaral Ferlini

Email: mvolpini.micheli@gmail.com

Resumo:

O século XVIII foi marcante para a Coroa Portuguesa e seus domínios na América. As capitanias ao sul do Brasil tiveram seus papéis redefinidos, dentro do quadro da administração metropolitana, e tornaram-se alvo principal das políticas econômicas portuguesas, que visavam desenvolvê-las e reorganizá-las. O caso de São Paulo, a partir de sua restauração, em 1765, é emblemático para entender-se este processo, que além da remodelação do aparelho político-administrativo, propôs alterações no âmbito econômico. A Coroa buscou fomentar a diversificação dos gêneros agrícolas produzidos no Império Português, visando a uma maior integração entre as colônias e a própria metrópole. O estudo da capitania de São Paulo, no período, é importante para a compreensão da particular situação da região meridional do Brasil, onde constantes atritos com os espanhóis nas fronteiras exigiam a presença ostensiva de militares. Portanto, a produção voltava-se para a exportação – a outras capitanias e a Portugal – além de para o abastecimento das tropas e da população local. Este projeto tem como hipótese a importância do papel da diversificação da produção na reorganização da capitania de São Paulo, contribuindo tanto para o seu desenvolvimento quanto para a consolidação de relações econômicas internas. Além disso, busca analisar essas mudanças como resultado de um “novo padrão de colonização”, de modo a readequar o papel da colônia, valorizando sua produção de gêneros agrícolas em função de uma maior integração entre as partes do Império. O início do recorte temporal é 1765, ano da restauração da capitania paulista e em que Morgado de Mateus assume o seu governo. Propõe-se como marco final o ano de 1830, que marca o início da hegemonia cafeeira.

Mário André Machado Cabral | Doutorado

ANTITRUSTE E IDEIAS ECONÔMICAS NO BRASIL (1930-1964):
CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA "REVOLUÇÃO DO ANTITRUSTE"

Orientador: Prof(a). Dra(a). José Maria Arruda de Andrade

Email: mariocabral@usp.br

Resumo:

O objetivo deste trabalho é demonstrar que as formulações jurídico-estatais concernentes à defesa da concorrência sempre estiveram no Brasil em convergência com a doutrina econômica prevalecente. A inspiração deste trabalho surge a partir da recepção acrítica de uma corrente de pensamento norte-americana no Brasil. Autores ligados à chamada “Escola de Chicago” de pensamento antitruste, como Richard Posner e Robert Bork, defenderam que apenas recentemente o antitruste norte-americano se aproximou da teoria econômica e que a Escola de Chicago teve o mérito de ter dado à prática antitruste uma “abordagem econômica”, até então inédita. Alguns autores, posteriormente, chegaram a chamar essa opção por uma abordagem mais pautada na teoria econômica de “revolução do antitruste”. Um autor norte-americano, Herbert Hovenkamp, desde meados da década de 1980, vem contestando essa tese. Hovenkamp defende que a política antitruste nos Estados Unidos sempre esteve próxima da teoria econômica. Apesar da crítica de Hovenkamp, a percepção partilhada e difundida pela Escola de Chicago foi reproduzida no Brasil. Em 2003, foi publicado um livro intitulado “A Revolução do Antitruste no Brasil”, que parte da premissa de que, no Brasil, do mesmo modo que nos Estados Unidos, apenas recentemente a teoria econômica se fez presente na política antitruste. A presente pesquisa intenta demonstrar que, desde o início da política antitruste brasileira, a legislação concorrencial sempre esteve próxima da teoria econômica. A pesquisa segue o seguinte itinerário: (i) para o período que compreende a Constituição de 1934, a Constituição de 1937 e o Decreto-Lei n. 869 de 1938, analisa-se as obras

de Francisco Campos e Nelson Hungria (Ministro da Justiça de Vargas e jurista que assessorava Campos, respectivamente, responsáveis pela elaboração do primeiro diploma legal de teor antitruste no Brasil); (ii) para o período que compreende o Decreto n. 7.666 de 1945 (“Lei Malaia”), a Constituição de 1946 e a Lei nº 4.137 de 1962, analisa-se a obra de Agamenon Magalhães (autor da Lei Malaia, relator da “Ordem Econômica” da Constituição de 1946 e autor do Projeto de Lei que deu origem à lei antitruste de 1962). Como o antitruste no Brasil se restringiu aos diplomas legais – isto é, sua aplicação foi praticamente inexistente até o surgimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica nos anos 1960 – o trabalho pretende identificar, na obra das personalidades responsáveis pela elaboração desses diplomas legais, elementos de teoria econômica – isto é, ideias econômicas – que demonstrem que, desde os primórdios da política concorrencial no Brasil, há uma proximidade entre antitruste e pensamento econômico.

Mario Francisco Simões Junior | Mestrado

A SECRETARIA DE ESTADO DA MARINHA E DOMÍNIOS ULTRAMARINOS E O BRASIL: PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Rodrigo Ricupero

Email: mario.francisco.simoes@usp.br

Resumo:

A Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, ou apenas Secretaria do Ultramar, foi criada em 1736 através de uma reforma administrativa promovida pelo rei D. João V. A despeito de sua importância na mediação das relações entre metrópole e colônia, permanece como um objeto pouco abordado pela historiografia luso-brasileira. Alguns estudos apontam que o Secretário do Ultramar, cargo que foi ocupado por figuras proeminentes da administração portuguesa como Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mantinha correspondência com os governadores da colônia, auxiliando o monarca na expedição de instruções de governo e na supervisão dos assuntos coloniais. Aos secretários cabia levar à presença do monarca as consultas e petições encaminhadas pelos tribunais e conselhos, assim como preparar as resoluções e os respectivos diplomas legais. É verdade que os secretários não legislavam nem governavam o império diretamente, poder que só cabia ao rei. No entanto, obtiveram centralidade política justamente ao executar tarefas de apoio às decisões régias e na formulação de projetos coloniais. Devemos destacar, por outro lado, que as especificidades desta secretaria frente às demais instâncias administrativas do império português não foram bem delimitadas pela diminuta bibliografia sobre o tema, do mesmo modo que sua origem e suas ações ainda não foram devidamente circunscritas entre as diferentes conjunturas políticas e econômicas do Antigo Regime em Portugal. A apresentação deverá se pautar, então, em discutir algumas perspectivas de estudo oferecidas por este objeto, do ponto de vista político e econômico, além de apontar alguns resultados preliminares da pesquisa em curso sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo M. Ricupero, sob o título "A Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos: informação, controle e administração do Brasil Colonial (1736-1809)".

Maximiliano M. Menz (Unifesp) e Felipe Melo | Mestrado

AS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR DO BRASIL (1755-1807)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Outros

Email: felipe_melo1989@hotmail.com

Resumo:

Um dos maiores problemas da historiografia econômica brasileira sobre o período colonial é a ausência de séries longas sobre as exportações, resultando muitas vezes em análises impressionistas sobre as conjunturas e sobre o desempenho da economia colonial. Procurando enfrentar este problema, nossa comunicação demonstrará os resultados preliminares de uma pesquisa que pretende construir séries de exportação do açúcar das três principais capitanias do Brasil, entre 1755 e 1807, por meio de fontes que foram pouco exploradas pela historiografia até aqui: os mapas de frota, os mapas de carga de embarcações, as visitas do ouro e os marcos de navio. Além de uma análise crítica das fontes, pretende-se comparar os resultados dessa quantificação com o trabalho de outros autores, discutindo a abrangência e os limites das séries constituídas com esses documentos. Por último, faremos uma primeira avaliação das séries, ainda com muitas lacunas e estimativas, sugerindo alguns marcos temporais na definição das conjunturas da economia açucareira no Brasil, na segunda metade do século XVIII.

Natália Maria Salla | Mestrado

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA CERÂMICA PAULISTANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: ESBOÇOS DE UMA HISTÓRIA EMPRESARIAL

Orientador: Prof(a). Dra(a). Nelson Hideiki Nozoe

Email: natalia.salla@gmail.com

Resumo:

A indústria cerâmica paulistana, voltada para a produção de materiais para construção confeccionados em argila tais como tijolos, telhas, tubos e manilhas consolidou-se a partir da última década do século XIX, com o aumento da demanda por edificações na cidade. No mesmo decênio instalaram-se em São Paulo as primeiras grandes indústrias fabricantes de materiais cerâmicos para construção. Inúmeras olarias de pequeno e médio porte estavam presentes na paisagem da capital desde o período colonial, aumentando em número ao longo do século XIX. Essas conviveram com as grandes indústrias surgidas entre os anos de 1890 e de 1920. Há diversos pontos de contato entre os diferentes fabricantes de cerâmica, como por exemplo, as fontes de matéria prima nas regiões de várzea da cidade e os locais de instalação das olarias, fossem pequenos estabelecimentos familiares ou indústrias de maior porte. No entanto, as fábricas diferiam de acordo com os produtos confeccionados – e, assim, com a tecnologia empregada. Tijolos refratários, telhas planas, tubos e manilhas para os serviços de abastecimento e saneamento exigiam em sua produção o emprego de maquinários e fornos somente disponíveis para empresas com capital suficiente para a aquisição e a manutenção desses equipamentos. O fornecimento de tubos e manilhas, especificamente, por exemplo, foi garantido em São Paulo nas primeiras décadas do século XX por um contrato social que estabeleceu a comercialização unificada dos produtos fabricados por três indústrias paulistanas que, juntas, possuíam capacidade de produção compatível com as demandas do estado e dos municípios. O material produzido nas empresas de maior porte passou a ser estudado e testado pelo Gabinete de Resistência de Materiais (GRM) da Escola Politécnica de São Paulo a partir de 1899. Poucos anos depois, o GRM publicou o primeiro manual com os resultados dos experimentos científicos realizados com a produção de tijolos e telhas recolhida entre as mais representativas indústrias cerâmicas do estado. Nos anos de 1920, o GRM foi transformado em Laboratório de Ensaio de Materiais (LEM) e, em 1934, ajudou a dar origem ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Nesse ínterim, a produção de materiais cerâmicos para construção foi testada, ensaiada e

especificada, culminando com a primeira proposta de normatização técnica dos tijolos pelo LEM em 1931, após um debate de aproximadamente uma década. A busca pela padronização do material cerâmico de construção almejava tanto a diminuição nos custos de sua própria produção como o barateamento de construções, sobretudo de moradias. As indústrias de maior porte contavam com os melhoramentos técnicos promovidos também por seus funcionários, vários deles envolvidos com o campo das engenharias cerâmica e química. A inserção e o crescimento dessas fábricas ao longo das primeiras décadas do século XX e o incremento tecnológico para a indústria da construção podem ser apreendidos através de uma série de obras, publicadas no período, que tratam do desenvolvimento econômico brasileiro e paulista, configurando-se em fontes da nossa apresentação, assim como os resultados das pesquisas e os debates promovidos para a padronização do material cerâmico de construção, em um diálogo entre a engenharia e a economia.

Natalia Tammone | Doutorado

DO NEXO FELIZ AO NOVO BRASIL: PORTUGAL E A RECONFIGURAÇÃO DO IMPÉRIO (C.1808 - C.1890)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Vera Lucia Amaral Ferlini

Email: ntammone@gmail.com

Resumo:

Com as transformações na conjuntura europeia, a partir da invasão do Reino pelas tropas francesas e a conseqüente mudança da corte portuguesa para o Brasil, as relações entre Portugal e suas colônias, que nas últimas décadas do século XVIII tinham sido colocadas em um novo patamar, sofreram nova reconfiguração. Após a Revolução de 1820 e a independência do Brasil, as estruturas econômicas e políticas de Portugal passaram por um processo de “liberalização” para enfrentar os desafios e demandas da nova conjuntura. O trabalho objetiva analisar as formas de recuperação econômica buscadas por Portugal ao longo do século XIX, das quais a dominante foi o projeto de colonização efetiva dos domínios africanos, baseado no modelo do novo padrão de colonização, encetado no Brasil, e nas novas formas políticas e econômicas advindas do liberalismo. Nesse sentido, pode-se, grosso modo, definir cinco períodos de atuação da monarquia portuguesa: i) da abertura dos Portos (1808) ao fim do conflito europeu e elevação do Brasil à Reino Unido (1815); ii) do Reino Unido à Revolução do Porto (1820); iii) da Revolução do Porto ao reconhecimento formal da independência do Brasil (1826); iv) do reconhecimento da independência do Brasil (1826) ao final do tráfico de escravos (1850) e v) da abolição do tráfico de escravos brasileiro (1850) ao ultimato inglês (1890).

Natânia Silva Ferreira | Mestrado

HISTÓRIA ECONÔMICA E "ECONOMIA RETROSPECTIVA"

Orientador: Prof(a). Dra(a). Alexandre Macchione Saes

Email: natania.silvaferreira@yahoo.com.br

Resumo:

O trabalho objetiva discutir a relação que pode ser feita entre história econômica e “economia retrospectiva”. Será mostrado que a história, apesar de muitas vezes ser encaixada no quadro das ciências sociais, vai além delas, porque é anterior a qualquer ciência social e contempla todo o acontecer humano. A economia, ao contrário, é uma ciência social que apresenta objeto específico, ou seja, as atividades relacionadas a circulação de bens econômicos na sociedade. Quando se juntam história e economia, a história “historiciza” conceitos econômicos e a

economia quantifica fatos históricos, lhes conferindo maior legitimidade. Pode-se dizer que enquanto a “economia retrospectiva” objetiva a alocação eficiente de recursos escassos na sociedade, a história econômica objetiva explicar e analisar eventos econômicos, destacando sua dimensão histórica.

Otávio Erbereli Júnior | Doutorado

DE PRETERIDA À PREFERIDA: A TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE ALICE
PIFFER CANABRAVA (1935-1997)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Raquel Glezer

Email: oerberelijr@gmail.com

Resumo:

Alice Piffer Canabrava (1911-2003) formou-se na segunda turma do curso de Geografia e História da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) em 1937, com recomendação de Afonso Taunay, catedrático de História da Civilização Brasileira pelo alto desempenho em seu curso e a indicação de Fernand Braudel, catedrático de História da Civilização, para cursar doutoramento. Em 1938 foi convidada por Paul Vanorden Shaw para ser auxiliar na cadeira de História da Civilização Americana, enquanto preparava seu doutoramento com Jean Gagé, catedrático que substituiu Braudel na cadeira de História da Civilização. O retorno de Shaw para os EUA e o sucesso de sua tese doutoral defendida em 1942 abriram caminho para que se submetesse ao concurso para a cadeira de História da Civilização Americana em 1946. Contudo, destarte ter obtido as maiores notas, foi preterida, por dispositivo de concurso que permitia que o presidente da banca desse seu veredicto final. Neste mesmo ano foi para a recém-fundada Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP, onde se tornaria a primeira mulher catedrática da USP por concurso. Nosso objetivo nesta apresentação é demonstrar como esta mudança de instituição deu novos rumos à sua produção historiográfica.

Paulo Sérgio Souza Ferreira | Doutorado

O CAPITAL FINANCEIRO E SEU PAPEL NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Wilson do Nascimento Barbosa

Email: paullmarx@yahoo.com.br

Resumo:

Nessa comunicação, defende-se a tese de que a partir do novo imperialismo (1875-1914), o rentismo encontrou solo fértil para o seu pleno desenvolvimento. A estreita conexão existente entre a esfera monetário-financeira e a esfera real/produtiva na fase imperialista do capital deu origem ao capital financeiro. Com o domínio das sociedades anônimas sobre a estrutura da economia capitalista deu-se grande impulso ao sistema de crédito (devido à necessidade de financiamento das sociedades por ações por intermédio da Bolsa de Valores), o que propiciou as condições para o desenvolvimento do capital fictício. Por conseguinte, a dinâmica da acumulação capitalista tem tendência estagnacionista e degenerativa sob a hegemonia do capital financeiro, ou seja, essa forma de capital tende a esterilizar o desenvolvimento industrial.

Rafaela Rodrigues da Silva Carvalho | Mestrado

SUL DE MINAS EM TRANSIÇÃO O CASO DE CAMPANHA, POUSO ALEGRE E
VARGINHA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Luciana Suarez Lopes

Email: rafaelarscarvalho@usp.br

Resumo:

O século XIX foi um período de grandes transformações para o Brasil. Uma das principais foi a abolição da escravidão em 1888, que reorganizou a estrutura produtiva da sociedade. Uma vez que toda a economia estava assentada no sistema de produção servil, algumas cidades tiveram mais dificuldades no processo de transição para o capitalismo que outras. Neste sentido, o presente trabalho se propõe levantar uma série de aspectos que permitam analisar a transição a partir do fim da abolição para três cidades do Sul de Minas Gerais, que viveram processos distintos, a saber, Campanha, Pouso Alegre e Varginha.

Rodrigo Fontanari | Doutorado

UM BANQUEIRO NOS INTERSTÍCIOS DA ECONOMIA CAFEIEIRA: A TRAJETÓRIA EMPRESARIAL DO CORONEL CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA (1890-1937)

Orientador: Prof(a). Dra(a). José Eduardo Marques Mauro

Email: rofontanari@usp.br

Resumo:

Partindo de algumas premissas da teoria do crescimento da firma, de Edith Penrose, buscaremos fazer um balanço das estratégias empresariais utilizadas pelo agente histórico Christiano Osório de Oliveira, no contexto da economia cafeeira paulista, onde se aproveitando dos interstícios deixados por aqueles Bancos de maior expressão, estabelecidos nos grandes centros urbanos, conseguiu se estabelecer nos negócios de empréstimos de capital direcionado principalmente aos cafeicultores, através da fundação da Casa Bancária Christiano Osório, em 1914, na cidade de São João da Boa Vista, no interior de São Paulo.

Rosa Rosa De Souza Rosa Gomes | Mestrado

O DEBATE SOBRE A WELTPOLITIK NA SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ

Orientador: Prof(a). Dra(a). Lincoln Secco

Email: rosarosasrg@gmail.com

Resumo:

Os congressos do Partido Social-democrata Alemão (SPD) de 1900 e 1911 tratam de dois episódios da política mundial (Weltpolitik), característicos da era dos Impérios: a guerra na China, ocasionada pela Revolta dos Boxers, e a Crise de Agadir. A proposta é analisar como os dois temas foram tratados nos congressos e relacioná-los os embates políticos e econômicos do partido. No primeiro episódio, o congresso debateu diretamente o tema da Weltpolitik e também as tarifas alfandegárias e a política comercial, conectando os dois assuntos e defendendo o livre comércio. No segundo, o debate deu-se entre uma defesa da paz por parte do SPD ou do esclarecimento das massas das relações entre militarismo e capitalismo. Veremos como existe uma diferença de posicionamento do partido nos dois momentos e como o debate econômico se encaixou em 1900 e 1911.

Tathiane Gerbovic | Doutorado

O SEGUNDO REINADO VISITADO: VIAJANTES E RELATOS DE VIAGENS

Orientador: Prof(a). Dra(a). Raquel Glezer

Email: tathianegerbo@hotmail.com

Resumo:

Estrangeiros de diferentes nacionalidades percorreram as terras brasileiras durante o Segundo Reinado e escreveram relatos sobre suas viagens. Em nossa apresentação, abordaremos elementos da produção desses relatos e dos temas tratados pelos viajantes sobre realidade brasileira, sua forma de ver e se relacionar

com o cotidiano no Brasil, perpassadas por filtros culturais. Discorreremos sobre a historicidade dos relatos e o fato de ao privilegiarem determinado aspecto da realidade brasileira em detrimento de outro, os viajantes apresentam um indicativo do contexto geopolítico da época.

Thiago Alves Dias | Doutorado

A 'LIBERDADE COMERCIAL EUROPEIA' E O 'EXCLUSIVO COLONIAL AMERICANO' SETECENTISTA

Orientador: Prof(a). Dra(a). Rodrigo Ricupero

Email: dias.thiagoa@gmail.com

Resumo:

As mudanças que se operaram em Portugal e no Brasil, já nos primeiros anos do reinado de D. José I (1750), no tocante as disputas comerciais europeias e o papel das colônias são os temas aqui discutidos. Sebastião José de Carvalho Mello refinou o debate sobre a liberdade comercial entre as potências europeias, contrariando os monopólios comerciais entre as potências, e, por outro lado, evidenciou o lugar das colônias enquanto fornecedoras de matéria-prima e reduto exclusivo do comércio das metrópoles. É objetivo também da comunicação demonstrar que, essa distinção entre liberdade comercial europeia versus exclusivo colonial metropolitano, encontrava-se no cerne dos projetos políticos de colonização de Portugal para o Brasil, notadamente, a partir das intervenções colonizadoras do Marquês de Pombal (1750-1777).

Valter Lenine Fernandes | Doutorado

A ALFÂNDEGA NOS QUADROS DO SISTEMA MERCANTILISTA, SÉCULO XVIII

Orientador: Prof(a). Dra(a). Rodrigo Ricupero

Email: vlf.valter@gmail.com

Resumo:

Os forais das Alfândegas na Monarquia portuguesa ao longo do século XVIII, pela sua estrutura e finalidade, destinavam a regulamentar a cobrança de impostos das mercadorias, a atuação do funcionalismo aduaneiro, o controle do descaminho na Metrópole e nas Colônias. Constituem conjunto de importância, pois a coleção de forais para as Alfândegas de Lisboa, do Porto, de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro continuam pouco debatida na área de História Econômica. Dado que a Alfândega foi uma das instituições fundamentais da nossa História na regulamentação da administração do comércio exclusivo entre Metrópole e Colônia. Diante da carência de trabalhos iniciei o meu trabalho de pesquisa no Brasil: no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional; em Portugal: no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Histórico das Alfândegas portuguesas; na Espanha: na Biblioteca Nacional de Espanha. Com essa base de pesquisa pretendo discutir no Congresso como a Coroa portuguesa através da Alfândega legitimava o comércio exclusivo marítimo na primeira metade do século XVIII.

Victor Hugo Abril | Doutorado

UMA ANÁLISE DO GOVERNO INTERINO NO RIO DE JANEIRO (SÉCULOS XVII - XVIII)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Maria Fernanda Bicalho

Email: victorhugo.abril@uol.com.br

Resumo:

A questão do governo interino merece uma análise detalhada, dada a pouca atenção historiográfica destinada a esses agentes selecionados a ocupar os

negócios do governo ou pela (o): Câmara, governador-geral, Coroa. Cargo não apenas burocrático ou administrativo. Entre o assinar de documentos, estes homens selecionados ao governo, pelas mais variadas formas, nos mais diferentes espaços e tempos, contavam com uma gama de oficiais que acima de tudo deviam obediência ao governador interino. A proposta desta comunicação é conceituar o governo interino como uma instituição da Coroa onde a estrutura é o centro decisório de poder e a dinâmica deste governo os vários poderes locais inseridos na capitania do Rio de Janeiro.

Vinícius de Oliveira Juberte | Mestrado

O PCB E OS LIVROS – UM ESTUDO SOBRE AS EDITORAS DO PARTIDO NO PERÍODO DA LEGALIDADE DOS ANOS 40 (1943-1948)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Marisa Midori Deacto

Email: vinicius.juberte@usp.br

Resumo:

A pesquisa aborda a difusão da literatura marxista no Brasil na década de 40 no período de reorganização e legalidade do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que tem início com a II Conferência Nacional do partido em agosto de 1943 (Conferência da Mantiqueira) e vai até a cassação do registro eleitoral do mesmo pelo governo Dutra em janeiro de 1948. Trata-se de entender o papel das editoras organizadas pelo partido (Editorial Vitória, Editorial Calvino, Edições Horizonte e Editora Leitura), através da análise de seus catálogos, dos anúncios das mesmas nos periódicos da época e das biografias e autobiografias dos militantes do partido. Pretende-se igualmente analisar a organização destas editoras no contexto do movimento comunista brasileiro, levando em conta as obras de caráter marxista publicadas por elas que circularam no país nesses anos, a sua natureza (doutrinária, política, de organização partidária, literatura operária, análises sobre a Rússia socialista, memórias, etc.), o nível de produção através do número de publicações e da penetração entre a militância e a relação entre o tipo de obras publicadas e a linha política adotada pelo partido nesse momento.

Vivian Nani Ayres | Mestrado

CIRCULAÇÃO TRANSATLÂNTICA DOS IMPRESSOS: LIVROS E LEITURAS EM SÃO PAULO ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM (1870-1890)

Orientador: Prof(a). Dra(a). Marisa Midori Deacto

Email: viviayres@gmail.com

Resumo:

Compreender o universo dos livros e das leituras em determinado período e lugar é uma tarefa bastante complexa e grandiosa. Nesse sentido, pretendemos contribuir com uma parcela deste trabalho, levantando informações acerca das bibliotecas privadas de São Paulo entre os anos de 1870 e 1890. Para tanto, nos debruçamos sobre os inventários post-mortem. A proposta da pesquisa é realizar uma análise quantitativa e ao mesmo tempo qualitativa. No primeiro aspecto, pretendemos “medir” de alguma forma a espessura do universo de consumidores privados de livros, através da análise da recorrência de bibliotecas entre o conjunto dos processos de inventários. Uma segunda etapa é a análise qualitativa, ou seja, o reconhecimento dos agentes e dos debates políticos em voga. Pretende-se estabelecer um recorte em torno da literatura política – especialmente a francesa – visando compreender as influências que ela pode ter exercido na formulação dos debates e nas disputas políticas do período. O século XIX é reconhecido pela ampliação das trocas internacionais – que envolvem mercadorias, mas também pessoas e ideias – e São Paulo, a partir da segunda metade do século, se envolve

profundamente nesse circuito em função da economia cafeeira. Muitas foram as transformações econômicas e políticas decorrentes desse processo. Nesse sentido, procuramos investigar as possíveis relações entre elas e o ambiente doméstico através da análise do consumo privado dos livros.